



**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 17/2025

**AUTOR:** Governador do Estado do Tocantins

**ASSUNTO:** Altera a Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que institui o Código Tributário Estadual, para atualizar a Tabela da Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais.

**RELATOR:** Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER**

O Chefe do Poder Executivo encaminhou para esta Casa de Leis, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 17/2025, que “Altera a Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que institui o Código Tributário Estadual, para atualizar a Tabela da Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais.

Afirma o Autor que a proposta apresentada se trata de aperfeiçoamento da disciplina estadual da Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais – TFRM, para definir, com maior precisão, os critérios de apuração e o prazo de recolhimento do tributo.

Aduz, ainda, que a proposição atualiza o anexo IV da Lei 1.287, de 28 de setembro de 2001, para incluir item específico relativo aos atos da Agência de Mineração do Estado do Tocantins – AMETO, fixando valores proporcionais à natureza e ao volume da substância mineral movimentada.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete a análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Concernente a instituição de Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais pelos estados, o Supremo Tribunal Federal - STF, em 2022, por maioria de votos, julgou válidas leis estaduais de Minas Gerais, Pará e Amapá que instituíram taxas de controle, monitoramento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais (TFRM). Vejamos julgado:

EMENTA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 7.591/2011. ESTADO DO PARÁ. TAXA DE CONTROLE, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA,

ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

LAVRA, EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERÁRIOS. 1. **A instituição de taxa em razão do exercício de poder de polícia por Estado-Membro, respeitadas as características essenciais do tributo, não afronta o art. 145, II, da Constituição Federal.** 2. É admissível a utilização, a título de elemento para a quantificação tributária, do volume de minério extraído, porquanto razoável a conclusão de que, quanto maior a quantidade, maior pode ser o impacto social e ambiental do empreendimento e, assim, maior deve ser o grau de controle e de fiscalização do poder público. 3. A observância do princípio da proporcionalidade impõe não equivalência estrita, mas, sim, equivalência razoável entre o valor da taxa e os custos da atividade estatal. Surge aceitável, portanto, alguma folga orçamentária, a fim de que o custeio da fiscalização de atividade desenvolvida com fins lucrativos puramente particulares não seja arcado pela sociedade como um todo. 4. Pedido julgado improcedente, julgando-se constitucional a Lei n. 7.591, de 28 de dezembro de 2011, do Estado do Pará e prejudicado o pedido atinente à inconstitucionalidade, por arrastamento, dos arts. 13 e seguintes, daquela norma legal e do Decreto n. 386/2012. (ADI 4786, Relator(a): NUNES MARQUES, Tribunal Pleno, julgado em 01-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-207 DIVULG 13-10-2022 PUBLIC 14-10-2022) (g.n.)

Deste modo, a matéria apresentada não há vícios de iniciativa, bem como de inconstitucionalidade material de qualquer natureza, não havendo óbice à aprovação quanto à juridicidade, bem como quanto à técnica legislativa.

Ante o exposto, por atender os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimental, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei nº 17/2025**, na forma original.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 2025.

  
Deputado VALDEMAR JÚNIOR  
Relator



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**D E S P A C H O**

**A Comissão de Constituição, Justiça e Redação** aprovou, o Parecer do(a)  
Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) Valdemar Junior.....  
referente ao(a) PLG. 17 / 2025.....

Encaminhe-se(a) ao Nominar Funcionários Públicos  
Exercícios - Contabilidade

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2025

  
Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS PRESENTES	MEMBROS SUPLENTE PRESENTES
Dep. VALDEMAR JÚNIOR (x)	Dep. JORGE FREDERICO ( )
Dep. LEO BARBOSA (x)	Dep. OLYNTHO NETO ( )
Dep. CLAUDIA LELIS (x)	Dep. PROF. JÚNIOR GEO ( )
Dep. GUTIERRES TORQUATO ( )	Dep. GIPÃO (x)
Dep. MOISEMAR MARINHO ( )	Dep. MARCUS MARCELO ( )